

O GÊNERO MASCULINO NA DOCÊNCIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: A CONVIVÊNCIA COM PROFESSORAS E DIRETORAS FACE AO TRABALHO PEDAGÓGICO

Luciano Gonçalves Teodoro
Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto – PMRP
lucinogonteodoro@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho é parte da dissertação de mestrado intitulada “O trabalho docente na educação infantil na perspectiva de professores homens de um município do interior paulista”. Enquanto construção social, cada momento histórico vivencia e normatiza formas de viver a infância. Com a Revolução Industrial, na Europa, ocorre um movimento de reformulação da dinâmica familiar: sai uma família extensa, formada por pais, sobrinhos e filhos, para um tipo nuclear, pais e filhos. Nesse novo arranjo, alguém deveria ficar com a criança enquanto os adultos saíam para trabalhar; assim, surge a instituição de educação infantil, espaço de guarda e tutela enquanto os responsáveis pela criança trabalham. No Brasil, com inspiração francesa, surgem as primeiras instituições que vão liberar a mão-de-obra escrava para o trabalho, assim a criança não ficaria com seu responsável enquanto ele trabalhava. Centrado na biologia e na cultura, historicamente quem desempenhou o papel profissional de educar a criança foi a mulher, já que por ter gerado um filho ela é considerada uma educadora nata. Uma alteração vem ocorrendo no espaço escolar, homens estão assumindo e se identificando com a educação infantil enquanto espaço de atuação profissional. No recorte feito para análise, objetivamos descobrir as dificuldades em ser homem e trabalhar em um ambiente historicamente e profissionalmente ocupado pelas mulheres como a educação infantil. O local da pesquisa foi um município de grande porte do interior paulista. A pesquisa adotou o método qualitativo, acreditamos ser ele o mais fiel em valorizar as experiências e histórias de vida dos professores homens que atuam na educação infantil, reduto majoritariamente feminino. Ainda, a pesquisa é descritiva e analítica para entendermos como o professor homem vivencia o trabalho que realiza na educação infantil. Catorze entrevistas foram realizadas e gravadas, na sequência transcritas na íntegra. Três entrevistas forneceram subsídios para problematizarmos como se dá a convivência pessoal e profissional entre homens e mulheres. Sobre a diretora da unidade escolar, apenas um professor manifestou-se a respeito. O que fica da pesquisa realizada, a título de conclusão, é que é uma quebra de paradigmas a presença masculina em uma seara historicamente feminina, assim quem sai ganhando com a diversidade de profissionais no espaço escolar é a criança, visto que entenderá – desde cedo – que os espaços sociais são ocupados por homens e mulheres. No tocante a direção, ela pode facilitar a permanência e o aceite do professor homem por parte da comunidade escolar.

PALAVRAS-CHAVE: educação infantil; gênero; professor homem.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte da dissertação de mestrado intitulada “O trabalho docente na educação infantil na perspectiva de professores homens de um município do interior paulista”. Na pesquisa procuramos analisar como é ser homem e ter como campo de atuação profissional um segmento dominado historicamente pelas mulheres.

Resgatando a história da educação infantil, perceberemos que a ideia de infância é um construto social e estará sempre sujeita a análise do momento que se vive. Assim, a criança do século XII era desprovida de desapego, pois existia uma alta mortalidade infantil: uma morria e logo outra estaria no lugar dessa. Até o século XVIII não haverá um sentimento de infância, a infância não era considerada parte do seio social; a criança era considerada um adulto em miniatura, fazendo com que as fases etárias não fossem tão nítidas: ou se era adulto ou se era criança (CHAMBOULEYRON, 2007).

Os séculos XVIII e XIX presenciaram o surgimento dos primeiros espaços destinados a guarda da criança pequena enquanto a família está na indústria trabalhando. Ademais, a Igreja Católica dispunha de um espaço para cuidar das crianças abandonadas, que era a Roda. Tal mecanismo mantinha o sigilo de quem não queria um filho bastardo para criar.

A transição de um núcleo familiar extenso – pais, tios e avós – para um nuclear – pai, mãe e filho – obriga o aparecimento de outra instância para cuidar da criança enquanto essa família sai para trabalhar. O agravante aqui é o incremento da força de trabalho pela participação da mulher no mercado de trabalho, obrigando um ente familiar ser responsável por zelar pela criança enquanto a mulher trabalhava. Assim, a creche surge para preencher esse vazio.

Sob inspiração francesa, as primeiras creches aparecem no Brasil liberando a mão-de-obra escrava para o trabalho na indústria nascente no final do século XIX, visto que a criança não ficaria com a mãe enquanto ela estivesse no trabalho (CIVILETTI, 1991). Uma contradição é que o segmento social das crianças que receberia algum tipo de atendimento era o mais pobre, a parcela rica da sociedade contrataria uma pessoa para instruir seus filhos.

Para o início do século XX, ganha força o Movimento Higienista cuja luta é travada no sentido de reduzir o alto índice de mortalidade infantil nas entidades que

atendiam a infância abandonada. Ademais, essas instituições eram filantrópicas e não contavam com subvenção do governo para sua subsistência.

Nascido no período pós 2ª Guerra Mundial, o Banco Mundial é uma instituição que nasce com o propósito de reconstruir as economias devastadas pela II Guerra, via assessoria técnica para áreas específicas. Na década de 1960, a área social ganha importância para a redução da pobreza, beneficiando uns e excluindo outros, em que um determinado grupo social teria atendido algumas necessidades básicas.

A importância da educação infantil para o Banco Mundial reside na ideia de sucesso profissional, ou seja, quanto mais cedo iniciar-se a trajetória escolar de uma criança a probabilidade dela ter êxito nos estudos e obter renda na vida adulta aumenta. Ao banco não importa a especificidade de cada nível escolar, e sim sua contribuição para o desenvolvimento econômico da nação.

Da infância abandonada – década de 1930 – a educação compensatória, década de 1970, a infância passa de um campo social de intervenção jurídica para um campo educacional. Na elaboração de políticas públicas para o setor educacional, o Estado recorria a empréstimos internacionais, sujeito aos condicionantes do órgão financiador.

Em 1988, a Constituição Federal, estabelece a educação como direito de todo cidadão. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/1990, pune quem não zela pela frequência da criança a escola. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/1996, coloca a educação infantil como porta de entrada da educação básica.

Em Cerisara (1999) ao mostrar a evolução do atendimento realizado pelas instituições de educação infantil elenca duas classes de crianças e o respectivo atendimento que ela receberia. O primeiro modelo estava centrado na guarda da criança, para as crianças pobres; o segundo era pautado nas atividades pedagógicas, ou seja, envolvendo o intelecto, para as crianças ricas.

Analisando a Lei 9394/1996, nota-se que é recente a obrigatoriedade em ter-se profissionais da educação infantil bem formados para atender as crianças da sociedade brasileira. Assim, a Lei constrói um arcabouço para pensarmos a educação infantil que busque a consecução de um atendimento de qualidade em que o gênero do profissional – homem ou mulher – não influencie o trabalho pedagógico a ser realizado com a criança dessa faixa etária.

Nesse histórico, a formação do profissional sempre foi negada. Aliás, para realizar o trabalho de guarda da criança não era requerido formação específica. Desse modo, duas categorias profissionais existiam na instituição de educação infantil: um profissional responsável pelas atividades de alimentação e higiene – pajem, auxiliar de desenvolvimento infantil – e outro que realizava as atividades pedagógicas – o professor. O grande salto vem com a Lei 9394/1996, ao preconizar a exigência de formação mínima para atuar na educação infantil.

A formação do profissional que atuará nesse nível educacional deve partir da tríade cuidar-educar-brincar (BRASL, 1998) para que o trabalho pedagógico tenha significado para a criança. Acreditando no processo socializador que acontece quando o adulto interage com a criança, as ações de cuidado-educação são indissociáveis: uma ação acontece concomitante com a outra. Uma outra situação que permeia a relação adulto-criança está na construção do processo de apropriar-se do espaço escolar, isto é, a criança depende do adulto para aprender a cuidar de si e relacionar-se com o mundo ao redor.

Para a realização de um bom trabalho na educação, o profissional precisa entender que sua atuação é permeada pela colaboração de diversas áreas do conhecimento (BRASIL, 1998) e tal domínio sustenta o saber-fazer pedagógico do professor da educação infantil.

Brasil (1996) esclarece que a forma de ingresso de trabalho no serviço público é via concurso. Assim, seja homem ou mulher a análise do desempenho profissional se dá pelo que a criança aprendeu, e não pelo gênero do profissional. Ao não distinguirmos o profissional, a carreira docente na educação infantil é mais um espaço profissional a ser ocupado pelo homem.

Chegar em um espaço de educação infantil e encontrar homens atuando nesse nível educacional faz com que o entorno da escola fiscalize o trabalho que esse homem desempenha. Essa fiscalização é fácil de entender, já que é uma novidade a figura do professor homem interagindo com crianças tão pequenas.

Em termos adaptativos, é uma novidade para as mulheres encontrarem homens como companheiros de trabalho em um segmento predominantemente feminino. Essa chegada é eivada de estereotipia, pois antes de tudo o professor homem precisa provar características, tais como idoneidade e competência pedagógica (RAMOS, 2011) para

trabalhar com crianças da educação infantil. O contraditório é que da mulher nada é cobrado, visto que a maternidade e a biologia (construindo um arcabouço para a cultura se assentar) são determinantes para termos um número elevado de mulheres nesse segmento educacional.

A chegada do professor homem a esse espaço de trabalho é cercada de estranhamento (SAYÃO, 2002), pois somos bombardeados constantemente pela não presença masculina nesse nicho profissional. Só o gênero implica esse estranhamento, pois sensibilidade e afabilidade não é esperado de um homem (HENTGES; JAEGER, 2012) na condução de uma sala de aula da educação infantil.

Nesse momento, Ramos (2011) nos esclarece que ser homem exige duas provas de aceite no magistério da educação infantil: o primeiro é o estágio probatório, definido em lei e explicitando quais critérios serão levados em conta para que o profissional não fique a reboque do momento político para realizar o seu trabalho; o segundo é o estágio comprobatório, de delimitação mais simbólica e que o domínio de habilidades pedagógicas é importante para que o professor diga a comunidade escolar que sabe trabalhar com crianças da educação infantil.

Os objetivos propostos para a educação infantil (CAMPOS, 1994) independem do gênero do profissional, assim homens e mulheres podem desempenhar um bom trabalho na educação infantil e proporcionar à criança pequena contato aos bens socialmente construídos pela humanidade, como linguagem e música, de exemplos.

Outro ponto importante é a não escolarização da educação infantil, inserindo conteúdos do ensino fundamental nesse segmento educativo. O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (1998) propõe-nos a não separação dos atos de cuidado e educação, levando-nos a pensar em uma pedagogia da educação infantil em que a integração entre ambos os atos – sem linha tênue para separá-los – e que a especificidade da criança pequena em olhar o mundo e produzir sentidos seja respeitada.

Como não há contornos nítidos entre fantasia e realidade, o tempo escolar tem de levar em consideração esse modo de apropriar-se do mundo. O profissional que atenderá essa criança, seja homem ou mulher – precisa fazê-la avançar no entendimento do processo de autonomia que está em construção, sem falar das mudanças que estão acontecendo consigo e transmita segurança para que ela se conheça.

Para Scott (1995) o gênero, enquanto espaço de elaboração do masculino e feminino no mundo, permeado pelo simbolismo da cultura, encaminha o nosso olhar para o tolerável em dada profissão. Na engenharia, por não entrarmos em contato com as emoções, os homens dominarão esse campo profissional; quando a emoção entra em campo, e falamos do contato com pessoas, as mulheres se saem melhores – não esqueçamos que tal sustentação é corroborada pela biologia – e o afeto (MONTENEGRO, 2005) surge como sentimento nortear a atuação do professor da educação infantil.

6

METODOLOGIA

No trabalho, realizamos a pesquisa qualitativa por acreditarmos que ela dá voz ao saber-fazer do professor homem que atua na educação infantil (BOGDAN & BIKLEN, 1994). Também é descritiva e analítica, por propiciar valorizar o que esse professor explicita sobre a convivência profissional com professoras. A entrevista semiestruturada permitiu-nos chegar ao local de trabalho do professor homem e entender como homens e mulheres representam seus papéis de gênero.

Como campo de pesquisa, o local de atuação do pesquisador foi uma cidade de grande porte do interior paulista. Contamos com o suporte da entrevista semiestruturada para entendermos como o professor homem relaciona-se com as professoras no ambiente de trabalho, bem como são recebidos pela direção da unidade escolar.

Na coleta de dados realizamos entrevistas com os professores homens para entendermos como se dá a presença masculina como profissional da educação infantil. Para a elaboração do roteiro de perguntas tivemos a colaboração do referencial teórico e da leitura de outras produções sobre o mesmo tema. Entramos em contato com a Secretaria de Educação do município alvo da pesquisa para sabermos quantos eram os homens que atuavam nesse segmento educacional, bem como o contato e a autorização para termos acesso a eles e desenvolvermos nossa pesquisa. Também levantamos quantas eram as mulheres que atuavam nesse mesmo segmento.

Assim, no Quadro 1 visualizaremos a quantidade de professores que atuam na educação infantil no município pesquisado. A referência é o mês de julho de 2013.

Quadro 1: número de professores.

Professores	PEB-I	PEB-II
Homens	27	29
Mulheres	1658	380

Fonte: Secretaria Municipal de Educação.

Nota: Elaborado pelo pesquisador.

Catorze entrevistas foram realizadas e gravadas, e na sequência transcritas na íntegra. No processo de análise das entrevistas o primeiro momento foi de leitura atenta às transcrições feitas. Em um segundo momento, categorias foram criadas para melhor analisar os dados. Com o surgimento de vários subtemas houve a divisão em categorias para facilitar as análises.

Passada a fase de leitura atenta quatro entrevistas foram escolhidas para uma análise mais apurada por conter dados do que acontece na relação profissional quando o professor homem atua em um ambiente de trabalho majoritariamente feminino. Em duas os homens são aceitos sem diferenciação; na penúltima, o professor comenta que ouviu de uma professora que aquela não era profissão para homem desempenhar face a renda auferida. Já a diretora de uma unidade escolar leva um choque em ter um homem em sua unidade e demonstra receio em tê-lo atuando em sua escola

OBJETIVO

Na presente pesquisa o objetivo é desvendar as dificuldades em ser homem e trabalhar em um ambiente historicamente e profissionalmente ocupado pelas mulheres.

RESULTADOS

Após imersão nos dados colhidos, partimos para a filtragem do que seria aproveitado para o presente artigo.

Partindo para a convivência profissional com as professoras, os professores homens assim se manifestam

Incompatibilidade de assunto nos horários vagos, o assunto que eu converso não é o mesmo assunto que as mulheres gostam. Uma mulher não vai falar da vida pessoal dela, com o marido dela, com um homem. (P3)

Que não me escutem (*risos*) os conflitos, muito comum entre elas.

Comigo nunca ouve nada, mas diversas situações a gente têm que fingir que não ouve, deixa passar. (P4)

Só tive uma divergência no ensino fundamental...que aquilo era trabalho para as mulheres que ficavam cuidando do lar e aquilo era pra elas como se fosse um bico. (P2)

No primeiro excerto, o que fica é o assunto a ser discutido quando se encontram. O gênero separa os assuntos que homens e mulheres conversam quando estão em um espaço comum, fazendo com que percam a troca de conhecimentos e informações que podem ocorrer na interação homem e mulher (SCOTT, 1995). O diálogo, que ele limita a vida pessoal, deveria extrapolar essa questão e criar um ambiente profissional de trocas e vivências pessoal/profissional. Não é uma questão de cumplicidade, mas de interação humana entre pessoas de origens e gêneros diferentes, que convivem um tempo considerável de suas vidas em um mesmo ambiente e se constroem na relação com o outro.

Não falar da vida pessoal não significa que a pessoa que está do outro lado seja um homem, pode ser por afinidade. Assim, afinidade surge por uma questão de proximidade e envolvimento pessoal e profissional. Na relação com o outro a sociedade tenta construir formas de distanciarmos ou aproximarmos das pessoas do nosso entorno em virtude de nosso gênero: homem com homem, e mulher com mulher. Não! Viver o ambiente de trabalho suplanta a dicotomia homem-homem e mulher-mulher.

Construir a individualidade no local de trabalho é uma tarefa que exige ser aceito pelos pares. A chegada do homem a uma profissão maciçamente feminina é uma singularidade que leva esse espaço a construir novas formas de interação e a construção de uma identidade masculina que passa pela aceitação do profissional que ali se faz presente cotidianamente. Fugir de questões da vida íntima é uma situação das quais poucas pessoas se dão conta, assim não entrar em assuntos privados pode afetar homens e mulheres – em diversos ambientes de trabalho – que convivem entre si, não apenas o homem que trabalha na educação infantil.

A inserção do homem em uma área predominantemente feminina faz com que repensemos os papéis que homens e mulheres desempenham nas instituições que trabalham (SCOTT, 1995). Temos de levar em consideração que para atuar nesse segmento educacional exige o domínio da tríade que fundamenta o trabalho pedagógico do profissional dessa faixa etária: cuidar-educar-brincar.

Não notamos discriminação por ser homem, nesse excerto, apenas ideias que não convergem sobre determinados assuntos. Independente do gênero do profissional, assuntos proibidos sempre existirão, e a condição de homem nesse nicho de mercado não impede uma boa convivência entre homem e mulher.

No segundo caso, surge uma ideia do senso comum de que muitas mulheres reunidas criam intrigas e conflitos no ambiente de trabalho. Sarmiento (2002) em sua pesquisa aponta que a presença masculina diminui o clima belicoso entre elas. Podemos nos perguntar se em espaços em que imperam a presença masculina, engenharia como exemplo, não há intrigas ou discórdia. E mais, o conflito mina a realização de um bom trabalho e coloca em cantos opostos profissionais que estão em um mesmo ambiente e com um objetivo em comum: fazer com que a criança tenha acesso ao que a humanidade produziu.

Atrair a mulher os conflitos no ambiente de trabalho nada diz sobre a atuação profissional da mesma. O que precisa contar é a capacidade que o profissional tem de mobilizar esforços para que a tríade da educação infantil, cuidar-educar-brincar, aconteça em cada atividade que o profissional vir a planejar para um bom trabalho pedagógico.

No último trecho, tem-se claramente um preconceito. A biologia vai dizer que a mulher é a mais preparada para o trabalho com a criança pequena (BRUSCHINI; AMADO, 1988) em virtude da maternidade. A professora deixa claro que aquele espaço profissional não é para atuação de um homem. Para ela, quanto menor a idade da criança menor será a remuneração do profissional que cuida dessa criança; e o homem com essa fonte de renda não sustenta uma casa. Lamentável tal postura, pois condiciona a existência humana a um espaço de atuação profissional e isso restringe o cenário para que homens e mulheres possam viver suas escolhas pessoal e profissional.

Desmerece a profissão ao justificar que a renda auferida nesse trabalho pela mulher não sustenta uma casa, assim ela vira apêndice do que o homem ganha. Sua fala insere a figura da mulher na educação infantil como aquela em que o tamanho da criança determina o valor da remuneração a ser percebida pelo profissional, criando uma lógica pífida sobre a importância dos professores nos vários níveis educacionais: quanto menor a criança, menor a remuneração do profissional que trabalha com ela (OLIVEIRA, 2011a).

Ademais, desvaloriza o processo formativo da profissional que está em sala de aula, já que o professor relata que a professora insere o trabalho da mulher como bico. Desse modo, não precisa dominar as contribuições das diversas áreas do conhecimento para trabalhar como profissional da educação infantil. Esquece que cada segmento exige o domínio de competência específica para um bom trabalho pedagógico (ANGOTTI, 2009), isto é, sólida formação na sua área de atuação.

Sobre a diretora de uma unidade escolar, o professor assim se manifestou

Trabalhei em três escolas de educação infantil. A primeira foi a CEI que eu entrei a diretora me recebeu com bastante receio. Duas diretoras seguintes, nenhuma diferença de relação com a diretora; e aqui também não, tranqüilo. (P4)

Levantamos três hipóteses para o receio da diretora: a primeira assenta-se na tríade cuidar-educar-brincar, mais especificamente na parte do cuidado. Como lida com o corpo infantil, durante os atos de cuidado, ela teme por algo que a mídia noticia constantemente. Desconsidera todo o investimento feito em formação que nosso professor fez para estar em sala de aula e saber a dialogicidade existente entre atos de cuidado-educação como ferramenta capaz de ensinar algo a criança. Tanto que Cerisara (1999) deixa claro que o termo é educação infantil, e não ensino infantil. Essa nuance mostra que o termo ensino carrega em si a ideia instrucional, as atividades pedagógicas como fim em si, descolada do brincar como forma da criança apoderar-se do mundo ao redor. Cruz (1999) cita as áreas de uma escola de educação infantil em que o trabalho do homem é aceito, e todos eles ficam longe do contato direto com a criança: zelador, porteiro e diretor.

A segunda hipótese é a novidade em ter um homem atuando em sua unidade escolar, e esse estranhamento a obrigará a intervir quando algum comentário ou pedido de troca de sala de criança chegar a sua mesa. Ela terá de dar guarida a esse professor homem para que a comunidade entenda que ele domina as habilidades pedagógicas para trabalhar com criança dessa faixa etária. A figura do diretor é muito importante para, em um primeiro momento, acalmar os ânimos caso eles venham a se acirrar.

A terceira situação é toda a construção social feita sobre o homem ser bruto (RABELO, 2013) não tendo afabilidade e sensibilidade para crianças desse nível educacional. Todo o traquejo e saber-fazer passam longe do profissionalismo, encontra morada na biologia quando diz que apenas a mulher – enquanto educadora nata, por ter gerado uma criança – é o ser humano mais apropriado para o trabalho pedagógico com a criança da educação infantil.

Nota-se que a diretora da CEI busca no professor sua aprovação no estágio comprobatório (RAMOS, 2011) para que ela e a comunidade escolar fiquem confiantes e tranquilas quando a criança estiver sobre a responsabilidade de um professor homem. O trágico é que da mulher não se espera nada, o que ele oferece é a prova irrefutável de um trabalho pedagógico que será realizado com afinco e qualidade.

CONCLUSÕES

À guisa de conclusão, o que fica dessa parte do trabalho é que a convivência entre homens e mulheres, independente do ambiente de trabalho, pode ser um espaço de convivência pautado pelo respeito e em que as pessoas possam realizar seu trabalho cotidianamente.

Na consecução do direito da criança pequena a ter acesso a educação infantil, uma exigência é prioritária: um profissional bem formado, e que tenha o domínio da tríade cuidar-educar-brincar que fundamenta o trabalho pedagógico. Ademais, precisa ter o histórico da educação infantil como norte para saber que na transição do modelo assistencialista – pautado na guarda e tutela da criança enquanto seus responsáveis trabalham – para o modelo pedagógico – atos de cuidado e educação, com uma forte intencionalidade educativa – em que a criança é o centro do que acontece na unidade de educação infantil e sua voz tem de ser ouvida. Aliás, as unidades de educação infantil existem por casa das crianças que vivem em sociedade.

Ter a referida competência pedagógica é o primeiro passo para o ingresso em uma sala de aula da educação infantil. O segundo é a compreensão dos objetivos a serem trabalhados com a criança desse segmento educacional. Nesse momento, o gênero não determina quem tem competência e compreensão dos objetivos a serem trabalhados, apenas insere a cultura em afirmar quem historicamente desempenhou tal papel. Quando um professor homem chega a essa sala de aula, cômico do saber profissional a ser desempenhado, essa comunidade precisará de um tempo para adaptar-se a essa novidade.

O ambiente de trabalho é um espaço que permite vivências de várias ordens, construção de vínculos e relacionamentos pessoal e profissional homem/mulher, e não necessariamente por ter mais mulheres haverá intrigas ou fofocas.

Como todo espaço social, posições contrárias adotadas pelas pessoas é uma forma de demarcar seu lugar no mundo. Desse modo, o ambiente de trabalho diz muito sobre as pessoas que por ali passam; se homem ou mulher, com fofoca ou sem fofoca, com intriga e sem intriga, esse ambiente não pode inspirar dificuldade, por culpa de outrem, para que seja um espaço de fraternidade e companheirismo profissional.

Quebrar paradigmas e atuar nesse ambiente feminino faz com que o homem vislumbre um novo horizonte de trabalho e possa ofertar a criança a visão de como a sociedade está estruturada, habitada por homens, mulheres e crianças.

A penúltima análise nos propicia lutar pelo reconhecimento de uma categoria profissional que erigirá uma nação mais solidária e fraterna. O argumento do espaço escolar não ser para o professor homem atuar choca com a necessidade da criança entender como o espaço social é habitado – por homens e mulheres – bem como de que a distinção salarial é uma afronta para a dignidade humana.

Ao criar categorias de trabalho, o que homens e mulheres podem realizar, o professor P2 mostra que a divergência que ele sofreu com a professora do ensino fundamental é danosa: homens e mulheres podem muito mais do que biologia e cultura inscrevem em seus corpos. Entendemos que essa professora coloca a profissão não como uma escolha que a pessoa faz e nela investe tempo e dedicação para a realização de um trabalho a contento, e ser reconhecida pela diferença que fez na vida de uma criança. Na profissão sentimo-nos parte de um grupo, de uma parcela da sociedade (em um ambiente de trabalho) que com suas regras e normas faz com que novos sentidos sejam construídos na relação com o próximo, sendo ele adulto ou criança.

Ainda P2, o trabalho de cuidar do lar é uma tarefa que compete a homens e mulheres, pois a casa é um espaço que precisa da participação de ambos para não sobrecarregar um dos parceiros após um dia de trabalho.

Na figura do diretor reside o futuro em termos mais homens como professores de educação infantil, já que ele tem de demonstrar confiança nesse professor ao mesmo tempo em que precisa passar confiança aos responsáveis pela criança sobre o fato novo que ela vivenciará naquele ano escolar: terá como companheiro de jornada escolar um professor homem e não uma professora.

Uma maior participação masculina nesse segmento educacional passa pelo entendimento, por parte dos homens, de que o magistério da educação infantil é uma

profissão como outra qualquer. Montenegro (2005) aponta um ingrediente que faz parte dessa profissão: a emoção. O interessante é o contraponto que emoção e aspreza masculina, a última enquanto construto social, não se separam. Aí surge um fato importante: o que o professor homem deseja é uma educação infantil que tenha o seu perfil, considerando que homens e mulheres se posicionam de modos distintos no mundo, e ele relacionar-se com a criança da melhor maneira possível realizando um bom trabalho pedagógico e que a criança participe do mundo ao seu redor, produza cultura e apodere-se dos bens culturais da humanidade.

Pautando-nos na cultura, que nos move no mundo ao mesmo tempo que nela fazemos alterações, o professor homem mostra que a aptidão para o magistério independe do gênero do profissional. O sucesso em relacionar-se com a criança e o entorno da comunidade escolar, também independem do gênero, em que a capacidade de mobilizar conhecimento para que a criança aprenda seja o mais importante para o profissional planejar na rotina escolar.

Não notamos na fala dos professores movimento de deixar a sala de aula da educação infantil. Pelo contrário, podemos inferir que gostam do que fazem e se sentem realizados interagindo com as crianças e as professoras. Essa positividade mostra que o profissional pode realizar-se e sentir-se bem, independente de sua área de atuação, como sentimos nos homens que entrevistamos para a realização da presente pesquisa. O que importa é que a convivência pacífica entre homem e mulher produza um ambiente divertido para se trabalhar.

Ao findarmos o presente trabalho a impressão que fica é que o ambiente de trabalho não é hostil a presença masculina, que a novidade em tê-los ali é um dado a ser superado pelo bom trabalho que ele realizar. Como em toda profissão, a novidade se dissipa com o tempo. Não podemos esquecer que a direção desembaraça o caminho para o professor trilhar em busca de ser reconhecido pelo trabalho que desempenha.

REFERÊNCIAS

ANGOTTI, M. Desafios da Educação Infantil para atingir a condição de direito e de qualidade no atendimento. In: ANGOTTI, M (org). **Educação infantil: da condição de direito à condição de qualidade no atendimento**. Campinas: Alínea, 2009.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: www.planalto.gov.br Acesso em: 18 mai. 2016.

_____. **Estatuto da criança e do Adolescente**. Lei 8069, de 13 de julho 1990. Brasília, Casa Civil: 1990.

_____. **Lei 9394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: www.planalto.gov.br Acesso em: 20 mai. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRUSCHINI, C.; AMADO, T. Estudo sobre a Mulher e Educação: algumas questões sobre o Magistério. **Cadernos de Pesquisa**, n. 64, 1988.

CAMPOS, M. M. Educar e cuidar: questões sobre o perfil do profissional de educação infantil. In: **Por uma política de formação do profissional de educação infantil**. Brasília: MEC, 1994.

CERISARA, A. B. Educar e cuidar: por onde anda a educação infantil? **Perspectiva**. Florianópolis, v. 17, n. Especial, jul./dez. 1999.

CHAMBOULEYRON, R. Os jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: DEL PRIORE, M (org). **História das crianças no Brasil**. 6ª ed. Contexto, São Paulo, 2007.

CIVILETTI, M. V. P. O cuidado às crianças pequenas no Brasil escravista. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.76, fev. 1991.

CRUZ, E. F. Quem leva o nenê e a bolsa? O masculino na creche. In: ARILHA, M.; UNBEHAUM, S. G.; MEDRADO, B (orgs). **Homens e masculinidades**: outras palavras. São Paulo: Editora 34, 1999.

HENTGES, K. J.; JAEGER, A. A. **Relações de gênero, masculinidade e docência masculina**. Disponível em: <http://jne.unifra.br/artigos/4946.pdf>

MONTENEGRO, T. Educação infantil: a dimensão moral da função de cuidar. **Psicologia da Educação**, São Paulo, n. 20, 2005.

OLIVEIRA, A. D. S. de. **As condições do trabalho na Educação Infantil**: os desafios para a profissionalização docente. In: IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino. Goiás, 2011a. Disponível em: <http://www.ceped.ueg.br/anais/ivedipe/pdfs/didatica/co/CO%20410-904-1-SM.pdf>

RABELO, A. O. Professores discriminados: um estudo sobre os docentes do sexo masculino nas séries do ensino fundamental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 4, out./dez. 2013.

RAMOS, J. **Um estudo sobre os professores homens da educação infantil e as relações de gênero na rede municipal de Belo Horizonte – MG.** Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2011.

SARMENTO, T. Correr o risco: ser homem numa profissão “naturalmente” feminina. In: V Congresso Português de Sociologia: sociedades contemporâneas: reflexividade e ação. **Anais**, Braga, Portugal, 2002.

SAYÃO, D. T. **Relações de gênero na creche:** os homens no cuidado e educação das crianças pequenas. G.T. Educação das crianças de 0 a 6 anos - G.T. 07, 25ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu/MG, 2002.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995.